

Cerco econômico

As restrições cada vez mais intensas das agências internacionais à liberação de créditos ao Brasil supõem a existência de um cerco premeditado aos programas nacionais de desenvolvimento, com o propósito de inviabilizá-los. Há dias foi o governo japonês que, sob pressão confessada da Casa Branca, suspendeu a abertura de linha de financiamento para as obras finais de construção da BR-364, rodovia destinada a ligar o Atlântico ao Pacífico, através do Acre e por meio de conexão com o sistema viário do Peru.

Agora mesmo, a pretexto de que os recursos poderiam ser utilizados na implementação de centrais atômicas, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) resiste em repassar ao Brasil financiamento de US\$ 500 milhões para o programa energético nacional. O estranho comportamento do Bird, além de opor grave empecilho ao aumento da produção de energia no País, tem o efeito secundário, mas não menos crítico, de bloquear US\$ 600 milhões de empréstimos já negociados com os banqueiros internacionais e cuja liberação depende de um sinal favorável do banco.

Tem razão, portanto, o presidente Sarney quando identifica em semelhante posiciona-

namento das instituições financeiras internacionais, notadamente o do Banco Mundial, uma imposição desarrazoada, alheia aos princípios da igualdade jurídica dos Estados e ofensiva à soberania nacional. Afora a revelação de Sarney de que, em relação ao Bird, o País teria de pagar-lhe US\$ 1,7 bilhão, contra US\$ 200 milhões efetivamente aqui entrados, é fundamental considerar aspectos ainda mais graves relacionados com o problema.

De fato, nos últimos cinco anos, o Brasil remeteu ao exterior, só para satisfazer os juros da dívida externa, algo em torno de US\$ 60 bilhões. Os saldos produzidos pela balança comercial no ano passado, da ordem de US\$ 19 bilhões, tiveram o mesmo destino, drenagem financeira responsável pelos níveis críticos das reservas nacionais em divisas.

Como observou corretamente o presidente Sarney, o Brasil há tempos passou à condição de exportador de capitais para as potências industrializadas, situação que em hipótese alguma pode ser tolerada. Nenhuma economia de padrão emergente poderá sobreviver em circunstâncias tão adversas, daí porque o cerco econômico ao Brasil tem de ser levantado de qualquer maneira.